

EDIÇÃO ESPECIAL 2024 – FÚRIAS DA LIBERDADE

*Lorena Mendes Flores*¹  0009-0006-1967-0874

PUC Minas, MG, Brasil

*Paulo Sérgio Alves de Araújo Filho*²  0009-0001-6998-818X

Instituto Damas de Ferro, Brasil

O perigo do intervencionismo: como salvar o liberalismo brasileiro à moda Thatcher

Resumo: O artigo analisa o intervencionismo no Brasil após a Constituição de 1988 em comparação com a intervenção governamental da Grã-Bretanha após a Segunda Guerra Mundial. Através dessa comparação, passando pela rápida definição de intervencionismo e da complexidade do livre mercado, busca-se definir como o modelo governamental e econômico aplicado na Inglaterra por Margaret Thatcher pode ser adaptado ao contexto brasileiro atual. A aplicação do thatcherismo no Brasil implicaria na redução das funções do governo, gerando uma eficácia maior por direcionar o foco para menos preocupações, além de aumentar o livre mercado e, por conseguinte, a liberdade do indivíduo para empreender e gerir suas economias com uma considerável redução nos impostos. Um Estado forte não é aquele que possui diversas obrigações, mas sim aquele que cumpre bem as que lhe couberem, propiciando aos indivíduos que possam tomar a maioria das decisões de sua vida e de seus lares sem intervenção do poder estatal.

Palavras-chave: Thatcherismo, Intervenção estatal, Liberdade econômica, Análise histórica, Livre mercado.

¹ Estudante de Direito (PUC - Poços de Caldas), vice-embaixadora estadual do Students for Liberty Brasil em Minas Gerais, gestora do Traduzindo a Liberdade no Instituto Damas de Ferro e possui estágio no Ministério Público do Estado de Minas Gerais, na área cível e de execução penal. Tem interesse em pesquisa nas áreas do Direito Penal, Direito Constitucional e Direito Internacional. E-mail: lomendesf8@gmail.com

² Engenheiro Eletricista e Mestre em Engenharia Industrial, além de atuar como revisor no blog Damas de Ferro. Sua principal influência na visão econômica é Milton Friedman. E-mail: engpaulosergiofilho@gmail.com

The danger of interventionism: how to save brazilian liberalism in the Thatcher style

Abstract: The article analyzes interventionism in Brazil after the 1988 Constitution in comparison to the post-World War II government intervention in Britain. Through this comparison, including a brief definition of interventionism and the complexity of the free market, the aim is to determine how the governmental and economic model applied in England can be adapted to the current Brazilian context. The application of Thatcherism in Brazil would imply a reduction in government functions, leading to greater efficiency by focusing on fewer concerns, as well as increasing the free market and, consequently, individual freedom to undertake and manage their finances with a significant reduction in taxes. A strong state is not one with numerous obligations but rather one that fulfills its assigned duties well, enabling individuals to make most decisions in their lives and homes without state intervention.

Keywords: Thatcherism, State-owned intervention, Economic freedom, Historical Analysis, Free market.

El peligro del intervencionismo: cómo salvar el liberalismo brasileño al estilo de Thatcher

Resumen: El artículo analiza el intervencionismo en Brasil después de la Constitución de 1988 en comparación con la intervención gubernamental en Gran Bretaña después de la Segunda Guerra Mundial. A través de esta comparación, que incluye una breve definición de intervencionismo y la complejidad del libre mercado, se busca determinar cómo el modelo gubernamental y económico aplicado en Inglaterra por Margaret Thatcher puede adaptarse al contexto brasileño actual. La aplicación del thatcherismo en Brasil implicaría la reducción de las funciones del gobierno, generando una mayor eficacia al enfocarse en menos preocupaciones, así como incrementando el libre mercado y, por ende, la libertad del individuo para emprender y gestionar sus finanzas con una considerable reducción en los impuestos. Un Estado fuerte no es aquel que tiene diversas obligaciones, sino aquel que cumple bien las que le corresponden, permitiendo a los individuos tomar la mayoría de las decisiones en sus vidas y hogares sin intervención del poder estatal.

Palabras clave: Thatcherismo, Intervención del estado, Libertad económica, Análisis histórico, Mercado libre.

INTRODUÇÃO

Após os imensos danos causados pela Segunda Guerra Mundial, além de uma forte intervenção estatal forçada pelos nazistas para conter os danos da guerra, a vertente econômica fundada e estudada por Keynes³ e seus seguidores tomou conta da Inglaterra. Um país que já lutava contra os déficits econômicos e as dívidas internas e externas deixadas pela guerra decidiu seguir o rumo do intervencionismo a fim de proporcionar melhores condições para a população, inflacionando o mercado. Contudo, o que antes buscava ajudar a população agora se tornara seu maior problema: a taxa de desemprego aumentava desenfreadamente ao passo que a inflação se recusava a frear, fazendo com que um país desenvolvido e uma vez berço da Revolução Industrial afundasse cada vez mais em seu próprio desequilíbrio econômico.

O Brasil, depois dos 21 anos de ditadura militar, optou por um caminho semelhante: com a promulgação da Constituição Federal de 1988 houve uma opção pelos direitos sociais acima da liberdade econômica de cada indivíduo; o foco passa a ser o bem-estar social, permitindo ao governo tomar decisões em prol do chamado “bem comum”, ainda que isso signifique diminuir a liberdade individual de cada brasileiro. Mascarado por uma boa intenção do governo, o intervencionismo estatal foi e segue sendo, na maioria dos governos que se seguiram, a prioridade, gerando uma crescente dívida econômica para o país ao passo que não é capaz de suprir a demanda de empregos que a população necessita. Esse descontrole, ainda que respaldado por uma tentativa de contenção proveniente da lei, cria uma falsa justificativa para o aumento de impostos com a promessa de retorno do mesmo através de recursos para a população, o que tem se mostrado falacioso através de graves falhas no FGTS e no SUS (Salzer, 2022).

A opção de Margaret Thatcher por um governo potente, porém mais enxuto em suas funções, demonstrou ser bastante eficaz não só para conter os estragos feitos pelo intervencionismo britânico (Gardiner & Thompson, 2022), mas para reverter a situação e colocar a sua nação de volta aos trilhos através de uma priorização da liberdade individual e econômica, realizando privatizações eficientes e bem localizadas, enquanto destinava ao governo funções como a segurança de seu país e um posicionamento assertivo tanto na política externa quanto interna, recusando-se a negociar seus princípios e suas crenças do que tornaria a Inglaterra melhor.

Nesse sentido, o presente artigo objetiva demonstrar a aplicabilidade do thatcherismo no contexto econômico do Brasil atual. Através de uma revisão da literatura, busca-se comprovar a semelhança das medidas intervencionistas aplicadas a ambos os países que, de forma basicamente utópica, acreditam que a economia não só poderia como deveria sofrer interferências estatais a fim de ser controlada, o que prende a população num ciclo entre ter seu poder de compra continuamente diminuído ao mesmo tempo que seus gastos crescem cada vez mais.

Além desta introdução e das considerações finais, o artigo está estruturado em seis seções. Na primeira seção, será apresentado e analisado o conceito de intervencionismo. A segunda sessão discorrerá sobre a complexidade do livre mercado. A terceira sessão abordará o histórico de intervencionismo da Inglaterra pós-guerra. Na quarta seção será realizada uma análise da situação econômica brasileira à luz da Constituição Federal de 1988. A quinta seção, tratará das medidas governamentais e econômicas realizadas por Margaret Thatcher em seu período no governo britânico. Por fim, a sexta e última seção será reservada ao estudo da aplicação do thatcherismo no Brasil atual e seus efeitos econômicos.

O QUE É INTERVENCIÓNISMO?

Mises define o intervencionismo como a ação de um governo que “não se restringe à atividade de preservação da ordem”, sendo ele “desejoso de interferir nos fenômenos de

mercado” (Mises, 2018, p. 84). Por óbvio, o governo interfere em fatores da sociedade, como a segurança pública. Contudo, neste contexto, a interferência governamental é indevida quando se aplica ao mercado, sendo chamada de “intervencionismo”. Dessa forma, o governo intervencionista deixa de proteger o funcionamento harmônico da economia de mercado, escolhendo interferir nos fenômenos de mercado: preços, padrões salariais, taxas de juros e lucros. A finalidade desta intervenção é obrigar os empresários - homens de negócio - a conduzir suas atividades de forma diferente da que realizariam caso seguissem apenas a demanda dos consumidores, demonstrando como toda medida de intervencionismo governamental objetiva restringir a supremacia do consumidor (Mises, 2018).

Historicamente, a diferença das indústrias britânica e alemã no período pós-guerra é um forte demonstrativo do efeito do intervencionismo numa crise nacional. Ao passo em que novas indústrias estavam relativamente desimpedidas por grupos de interesse comuns em ambos os países, as diferenças entre os países no crescimento da produtividade eram mais pronunciadas em indústrias mais antigas, nas quais a guerra tinha eliminado os fatores de crescimento da Alemanha, mas não os da Grã-Bretanha. Apesar da crise presenciada pela Inglaterra, que será melhor detalhada posteriormente neste artigo, é inegável que o estado nazista fortemente interventor causou um severo déficit na economia alemã, o qual perdurou nos anos posteriores somado aos danos da guerra.

Ademais, intervenções estatais radicais estão destinadas a gerar consequências não intencionadas em larga escala. Isto se deve ao fato de que, em sistemas humanos, as respostas a intervenções externas envolvem sequências de múltiplas reações comportamentais que se desenvolvem por meio de processos contínuos de *feedback*, gerando trajetórias sociais e políticas novas e diversas. Essas respostas, bem como sua natureza e escala, não podem ser previstas e antecipadas em cada caso, fazendo com que esses ajustes comportamentais possam se manifestar como sequências de eventos que desviam completamente o plano original em direções muito adversas, obrigando um sistema político ou toda a região a possivelmente experimentarem turbulências não intencionais e imprevistas em nível sistêmico. A complexidade das intervenções sugere que, mesmo que a ordem institucional formal seja modificada, é muito provável que o comportamento de todo o sistema não seja reconfigurado conforme planejado, especialmente se a intervenção for radical e abrupta.

A COMPLEXIDADE DA APLICAÇÃO DO LIVRE MERCADO EM UMA SOCIEDADE

Elinor Ostrom demonstrou em seu trabalho duas vertentes que merecem menção aqui. Em uma delas, mostrou que a prestação de serviços públicos frequentemente é mais eficiente se ocorrer não por meio de um sistema centralizado de administração pública, mas sim por um processo no qual os serviços são entregues por uma variedade de provedores diferentes, operando em diferentes escalas de produção e em jurisdições diferentes, mas sobrepostas. Enquanto os serviços podem ser financiados por meio de financiamento obtido através de impostos gerais, os provedores competem por contratos para fornecer serviços num chamado

“quase-mercado”, enquanto as autoridades governamentais locais competem por residentes oferecendo várias combinações de impostos locais e serviços por meio de um processo policêntrico de provisão, sendo esses processos geradores das informações e incentivos necessários para um desempenho superior em comparação com o exibido pelas tradicionais burocracias estatais (Lewis, 2023). Tais economias públicas, como Ostrom as denomina, são um híbrido de mercados tradicionais e provisões estatais. O que é importante sobre elas é que sua existência questiona qualquer tendência de confiar em duas categorias analíticas mutuamente exclusivas e abrangentes - como as de ‘estado’ e ‘mercado’ - ao discutir os regimes institucionais nos quais ocorre a alocação de recursos (Lewis, 2023). Ostrom argumenta que, em contraste com abordagens ‘dualistas’ desse tipo, uma compreensão satisfatória da diversidade de arranjos institucionais que as pessoas usam para fornecer serviços públicos e gerenciar recursos comuns requer um conjunto mais amplo de categorias do que simplesmente ‘estado’ e ‘mercado’, incluindo as noções de ‘quase-mercados’ e ‘co-produção’ no caso de serviços públicos e o conceito de ‘auto-governança’. Sob essa perspectiva, portanto, é preciso explorar a rica diversidade de arranjos institucionais que não são nem estados nem mercados.

A segunda linha de pesquisa é o conhecido trabalho de Ostrom sobre a governança de recursos comuns, no qual ela demonstrou - contrariamente ao consenso convencional - que os membros das comunidades locais às vezes são capazes de criar regras operacionais para governar suas interações diárias com o recurso em questão, o que lhes permitiu gerenciá-lo com sucesso na ausência de intervenção governamental. Ostrom percebe que uma influência importante na capacidade de tais esforços serem bem-sucedidos é o quadro institucional abrangente, estabelecido pelo estado, dentro do qual eles atuam, em particular, nos casos em que o estado estabeleceu regras de nível mais alto, que concedem aos usuários do recurso o direito de selecionar as regras operacionais que regem suas interações com o recurso, então as perspectivas de auto-governança bem-sucedida são aprimoradas. O trabalho de Ostrom sobre auto-governança destaca a importância de identificar quais outros elementos estão envolvidos no estabelecimento das regras em questão e qual é o papel deles, e do governo, de fato. Seu trabalho sugere tanto que pode haver um papel importante para grupos de atores não estatais no desenvolvimento das regras necessárias para que as pessoas participem de interações frutíferas, quanto que as chances de sucesso desses esforços dependem em parte da ação deliberada do governo para estabelecer um quadro constitucional abrangente que incentive e possibilite seus esforços.

O que isso possivelmente mostra é que existe uma terceira opção, na qual atores de mercado e grupos de pessoas da sociedade civil podem trabalhar juntos para refletir sobre os tipos de regras que regem suas interações dentro de um contexto institucional abrangente, projetado pelo governo com a intenção de capacitá-los a enfrentar os desafios computacionais e epistêmicos envolvidos na identificação de um conjunto adequado de regras operacionais. Isso se assemelha a uma posição pragmática, na medida em que o raciocínio - reflexão e escolha - desempenha um papel central no estabelecimento de regras, levando em conta que a deliberação é em grande parte empreendida por atores não estatais dentro de um quadro constitucional geral estabelecido pelo estado. Portanto, semelhante a Hayek posteriormente,

Ostrom pode ser considerada como buscando lidar com as tensões entre o impulso construtivista de usar a razão para informar os esforços de desenvolver melhores instituições e o reconhecimento dos limites da razão e a consequente necessidade de desenvolver um quadro institucional abrangente que permita às pessoas experimentar diferentes abordagens de políticas e aprender com seus esforços e os de outras pessoas.

Neste diapasão, a ascensão da economia de mercado é uma história com muitas dimensões. A mudança nas atitudes dos economistas em relação ao papel do Estado é um problema que envolve a dinâmica interna da profissão de economista e pressões externas que vão desde mudanças no regime de financiamento até alterações no ambiente político. A ascensão da economia de mercado é um fenômeno que abrange tanto a economia de livre mercado quanto um movimento muito mais amplo entre os economistas neoclássicos em direção a um maior apoio aos mercados e afastamento da confiança na intervenção e planejamento governamentais diretos; abrangendo conselhos econômicos para governos e economia acadêmica, microeconomia e macroeconomia, e muito mais.

As formas de interpretar a questão são diversas; uma forma é a narrativa internalista, na qual a maioria dos economistas praticantes deve se inscrever, pois suas próprias visões são as mais recentes disponíveis, e eles não as manteriam se não as considerassem superiores ao que havia acontecido antes. O ponto sobre esses relatos não é que resistem a uma análise detalhada, mas que ilustram os tipos de relatos que a maioria dos economistas praticantes ofereceria. Outra opção diz respeito às mudanças na demanda por ideias econômicas, o que envolve olhar mais amplamente para os patronos da economia. À medida que a “demanda efetiva” por ideias econômicas mudou, a oferta também respondeu. Outra vertente é o empreendedorismo acadêmico, na qual se concentram aqueles que criaram as novas instituições. O ambiente dentro das universidades e o contexto financeiro no qual os economistas operam mudaram drasticamente nos últimos vinte anos. A criação de centros de pesquisa tornou-se quase uma condição para realizar pesquisas, e os aqui discutidos ilustram centros que foram bem-sucedidos. Órgãos como o FMI, o Banco Mundial e os bancos centrais podem ser incorporados a essa história como um novo fórum institucional onde a pesquisa acadêmica e a formulação de políticas caminham juntas. *Think tanks* de livre mercado representam uma forma semelhante de empreendedorismo fora das universidades. Embora geralmente tenham como alvo não realizar pesquisas básicas, mas influenciar os formuladores de políticas, eles têm dois outros efeitos. Eles ajudam a mudar o clima de opinião e, portanto, a gama de ideias consideradas aceitáveis para consideração.

A ideologia também exerce um importante papel, abrangendo pelo menos três histórias diferentes. Uma é a história de Amadae⁷ sobre a ideologia da Guerra Fria que operava por meio de Ayn Rand e organizações associadas na década de 1950, cujos efeitos podem persistir até os dias atuais. Embora não fosse sobre economia de mercado livre, como o termo passou a ser entendido, a teoria da escolha racional pode ser vista como tendo lançado as bases para a subsequente mudança ideológica. Uma segunda é focar desde o início na tentativa de reviver a economia de mercado livre, em oposição à abordagem tecnocrática de Rand e à corrente principal econômica das décadas de 1950 e 1960. Esta história começa com a *Mont*

Pelerin Society, um grupo transatlântico de intelectuais convocado por Friedrich Hayek em 1947. Após um primeiro encontro em um remoto topo de montanha suíço, os membros da sociedade passaram a desempenhar “um papel decisivo na construção do mundo contemporâneo centrado no mercado” (Jennifer, 2014), ou talvez com a economia austríaca inicial. Uma terceira é uma linha em que a ideologia não é algo que entra na economia de fora, seja em que forma for, mas é algo que surge de dentro da economia - dos julgamentos de valor intelectuais básicos nos quais a disciplina se baseia.

Os indivíduos têm sua relevância, como Friedman ao possivelmente definir o tom de muitas das mudanças que ocorreram na década de 1970, após Chicago passar a parecer o centro da economia, e não uma de suas periferias, visto que a defesa mais veemente do mercado no final do século XX surgiu apenas após um período prolongado de contestação e debate, a ponto de, à medida que envelheciam, muitos dos fundadores da sociedade passaram a ver a defesa ousada do mercado de seus membros posteriores como uma violação de seus ideais originais. A chave para essa transformação, foi a ascensão de Milton Friedman, que substituiu Hayek como figura central na sociedade na década de 1960 e anunciou o surgimento de uma nova geração de influentes economistas que também atuavam como intelectuais públicos.

A dinâmica interna da profissão de economista também não fica de fora. Discutivelmente, não é um acidente que os dissidentes começaram a sentir as restrições da ortodoxia na década de 1970. Durante grande parte do século XX, houve discussões sobre o papel da profissão de economista na sociedade, e isso se concretizou na década de 1960. Acompanhando isso estava a tentativa de forjar um consenso no qual os economistas eram técnicos com acesso a um corpo especializado de conhecimento que poderia ser aplicado. O momento pode dever-se a algo do ciclo de gerações: a década de 1970 foi quando a geração que ingressou na profissão na década de 1940 atingiu o topo. Os economistas claramente reagem ao que aprendem, respondendo ao que aconteceu nas décadas de 1970 e seguintes. No entanto, a evidência precisa ser interpretada, gerando diferentes interpretações e, portanto, concebendo caminhos distintos para o assunto. Esta explicação levanta a questão de se outros caminhos poderiam ter sido tomados, e dos critérios que levaram os economistas a considerar a teoria moderna uma melhoria em relação ao que ocorreu anteriormente, e se fatores externos podem não ser importantes para explicar algumas das escolhas feitas. Da mesma forma, a Guerra Fria pode oferecer uma explicação plausível para a origem do liberalismo da escolha racional.

A mudança nas atitudes dos economistas em relação ao Estado pode gerar vários paradoxos. Friedman foi central para a ascensão do departamento de economia de Chicago e para o desenvolvimento de uma atitude mais crítica em relação ao governo no mainstream; no entanto, sua metodologia é heterodoxa, tendo mais em comum com a de Wesley Clair Mitchell¹¹ do que com a economia matemática e econometria que se tornou dominante. É paradoxal que a estrela de Hayek tenha se elevado exatamente no momento em que um estilo de economia que, ainda mais do que Friedman, ele rejeitou, veio à tona. A propagação da teoria da escolha racional, que esteve por trás grande parte da mudança em direção aos mercados livres, por organizações e indivíduos comprometidos com um governo forte e eficiente, é outro exemplo.

Apesar do tom partidário das discussões sobre tudo relacionado ao capitalismo no século XX, a verdadeira história da economia de mercado, tanto em termos de ideias quanto de política, é muito mais complicada do que qualquer bifurcação simples poderia sugerir. Mesmo entre os partidários mais dedicados da direita, floresceu a discordância sobre o papel adequado do governo e o equilíbrio que deveria ser alcançado entre crescimento econômico, estabilidade social, eficiência e valores tradicionais. Alguns membros da *Mont Pelerin Society* acreditavam firmemente que o Estado tinha um papel positivo a desempenhar na criação tanto de uma sociedade estável quanto de uma economia próspera; outros acreditavam que a intervenção estatal era sempre destrutiva. Com o tempo, o segundo grupo ganhou a vantagem organizacionalmente. Focar exclusivamente de um lado ou do outro ignora a dinâmica de avanço e recuo que há muito tempo molda nossa política e, agora, a pesquisa acadêmica. Esclarecer a complexidade do estudo do livre mercado, mais do que buscar uma definição a ser utilizada, objetiva pontuar o que será aprofundado mais adiante: a coexistência entre um poder estatal eficiente, porém limitado, e a funcionalidade do livre mercado aplicado no governo de Margaret Thatcher.

INGLATERRA NO PÓS-GUERRA: POLÍTICAS INTERVENCIONISTAS E O CENÁRIO QUE PRECEDEU MARGARET THATCHER

O Reino Unido optou por um caminho socialista após a Segunda Guerra Mundial. John Maynard Keynes foi provavelmente a maior influência para isto, uma vez que o modelo econômico keynesiano foi um dos mais importantes do pós-guerra. Assim como os socialistas, que sempre acreditaram que a economia planejada por políticos e burocratas era o caminho mais seguro para a prosperidade de um país, os keynesianos, ainda que não socialistas, também prezavam por um planejamento central. Esse posicionamento econômico se tornou um forte contribuinte para o que Margaret Thatcher posteriormente chamaria de “doença britânica”. Um dos princípios básicos desta vertente é o compromisso irrestrito pela busca e promessa de empregos mesmo com déficits orçamentários e dívidas. Os keynesianos acreditavam que o poder estatal, se manipulado de forma sensata, seria capaz de se libertar dos limites aplicados às vidas de indivíduos, famílias e empresas. Keynes deixaria claro sua desconfiança da liberdade econômica individual em sua obra *Teoria Geral do Emprego, Juro e Moeda*, de 1936, ao escrever que: “Certamente o mundo não tolerará por muito mais tempo o desemprego que, exceto por breves intervalos de entusiasmo, está associado e, em minha opinião, inevitavelmente associado ao individualismo capitalista atual” (Gardiner & Thompson, 2022, pp. 70-71).

Esta hostilidade ao liberalismo clássico esteve presente por todo o estudo de Keynes. Em seu ensaio *O Fim do Laissez-Faire*, de 1926, Keynes insistiu não ser verdade que indivíduos possuem uma liberdade natural presente em suas atividades econômicas. Além disso, dizia-se crítico do socialismo de Estado doutrinário, mas “não porque visa empenhar os impulsos altruístas dos homens no serviço da sociedade, ou porque se afasta do Laissez-faire, ou porque tira a liberdade natural do homem de ganhar um milhão ou porque tem coragem

para experimentos ousados” (Gardiner & Thompson, 2022, p. 72); todas essas coisas eram aplaudidas por ele. Os keynesianos não enxergavam a possibilidade de confiar no sistema de mercado, no qual a oferta de bens e serviços e a demanda determinam salários e preços para evitar que pessoas gananciosas quisessem mais dinheiro, serviços ou bens. Os burocratas e políticos da época acreditavam que apenas o governo poderia controlar ou monopolizar a avarizia. Contudo, com esse pensamento, deixaram de considerar os efeitos microeconômicos da intervenção do governo em todos os mercados, tampouco a completa inaplicabilidade de controle de salários e preços em patamar industrial sem uma perda substancial da liberdade e sem considerar o efeito da oferta de moeda sobre a inflação.

Na década de 1970, a junção entre socialismo e economia keynesiana era destrutiva para os ingleses. O desemprego seguiu aumentando, mesmo com a possibilidade do governo gastar, gerar déficits orçamentários, manipular impostos, imprimir dinheiro e aumentar o bem-estar social - exatamente como os keynesianos recomendavam - deixando apenas a inflação a crescer de forma incontrolável. O efeito instável da curva de Philips¹², que os guiava na época, fez políticos e burocratas ficarem atentos ao desemprego, buscando ajustar a economia através de políticas fiscais e de gastos. Contudo, tanto a alta inflação quanto o desemprego caminhavam lado a lado, de forma que era impossível para o governo gerar mais empregos por meio de políticas keynesianas sem atrair ainda mais inflação, demonstrando não somente a falha tanto da curva de Philips quanto do modelo econômico de Keynes, como também que essas políticas deixaram de estar associadas à prosperidade e ao pleno emprego. Iain Macleod¹³ foi o primeiro a cunhar o termo “estagflação”, uma perigosa união da estagnação econômica com a inflação, e previu o terror econômico da Grã-Bretanha em 1965 ao dizer que “Agora temos o pior dos dois mundos, não apenas inflação de um lado e estagnação do outro, mas os dois juntos. [...] Temos uma espécie de situação de ‘estagflação’, e a história, em termos modernos, está de fato sendo feita” (Gardiner & Thompson, 2022, p. 78). Advertiu ainda que nenhum país seria capaz de seguir subsidiando eternamente indústrias com produtividade em declínio ao mesmo tempo em que mantém o bem-estar social através de gastos deficitários. O governo Heath, em 1972, impôs controles salariais e de preços, congelando-os juntamente com aluguéis e dividendos. Os políticos e burocratas agora administravam a economia com um nível de detalhamento sem precedentes mesmo quando observado o período de guerra. Havia se instaurado a chamada “doença britânica”, uma terrível combinação de altos impostos, alto desemprego, alta inflação, greves crônicas, déficits e dívidas incapacitantes, indústrias nacionalizadas não lucrativas, baixa produtividade do trabalhador e fraqueza internacional.

Analisando uma perspectiva mais empresarial, nos quase vinte anos do período considerado o auge das políticas corporativistas keynesianas, do Estado de Bem-Estar Social e da economia mista, os principais conselheiros econômicos foram Shenfield e Bracewell-Milnes na mais importante organização empresarial representativa na Grã-Bretanha, o FBI e depois o CBI. Shenfield era uma ligação direta entre os supostamente “homens isolados” no cerne da MPS e o coração da comunidade empresarial britânica. Já Bracewell-Milnes desempenhou um papel semelhante em redes ligeiramente diferentes. Duas conclusões decorrem disso. Em

primeiro lugar, sugere uma rede mais complexa pela qual as ideias liberais foram transmitidas na Grã-Bretanha. O foco existente no IEA como o fulcro dessa rede pode ser justificado, pois ele claramente teve um papel fundamental - tanto Shenfield quanto Bracewell-Milnes foram ativos no IEA e Shenfield era um amigo próximo de Seldon. No entanto, isso não significa que a disseminação de ideias liberais só passava pelo IEA e por outros *think tanks*. Como mostrado aqui, Shenfield e Bracewell-Milnes atuaram como ponte para a transmissão de ideias para o cerne dos negócios convencionais. Sem dúvida, também existiam outras ligações.

Em segundo lugar, ao longo do período pós-guerra, os negócios britânicos permaneceram divididos em relação à sua atitude quanto às políticas no estilo keynesiano e ao corporativismo. Como tal, a opinião empresarial refletiu uma variedade de visões em vez de estar unida em uma única visão (Rollings, 2013). Alguns líderes empresariais proeminentes, como Paul Chambers e Alan Davies, eram apoiadores ativos das ideias de livre mercado e das opiniões defendidas por Shenfield e Bracewell-Milnes. Outros não eram ativos, mas permaneciam simpáticos à mensagem orientada para o mercado de livre iniciativa que apresentavam. Juntos, isso formava um grupo suficientemente forte dentro do FBI e do CBI para eles não apenas permanecerem no cargo, mas também continuarem a apresentar uma mensagem liberal, apesar do que, à primeira vista, parece uma posição anômala. Somente quando o Diretor-Geral se tornou abertamente corporativista, essa anomalia chegou ao auge, como aconteceu em 1973, quando Bracewell-Milnes foi forçado a renunciar por Campbell Adamson.

Ao mesmo tempo, ser Diretor Econômico do FBI ou do CBI limitava as atividades de ambos. Assim, Shenfield foi mais aberto em suas críticas às políticas econômicas do governo trabalhista por meio do IPG do que enquanto estava no CBI. Da mesma forma, Bracewell-Milnes rapidamente se tornou ativo na formulação de políticas do Partido Conservador e em grupos de pressão após 1973. Não era impossível tomar tal ação enquanto trabalhava para o CBI, mas não era tão fácil: era irônico que os primeiros documentos do IPG, escritos por Shenfield, fossem comentados por Bracewell-Milnes, o novo Diretor Econômico do CBI, sobre se eram consistentes com a política existente do CBI. Uma crítica comum às organizações empresariais de pico, como o CBI, é sua rigidez e incapacidade de ir além do denominador comum mais baixo do consenso, e esse denominador tende a ser definido bastante baixo devido à diversidade de opiniões dos membros. Certamente, isso se tornou um problema para as grandes empresas com a criação do CBI em 1965 e a fusão associada do FBI com a *National Association of British Manufacturers*, cuja adesão consistia principalmente de pequenas e médias empresas e foi um fator na criação do IPG. Adicionado a isso estava a frustração de Shenfield por não conseguir dedicar tempo a questões de pesquisa mais fundamentais devido às demandas das questões cotidianas e aos pedidos de conselhos e informações dos membros.

A questão de ser restrito a posições políticas de denominador comum mais baixo também ajuda a explicar por que o CBI passou a ser visto como uma instituição incorporando o acordo pós-guerra keynesiano. No entanto, o impacto a longo prazo da demissão forçada de Bracewell-Milnes não deve ser ignorado. Embora as discordâncias internas tenham permanecido dentro do CBI, a percepção pública foi uma vitória para o elemento corporativista do CBI: 'Chefes viram à esquerda', como afirmou o *Manchester Guardian* na época (Rollings,

2013). Além disso, ao deixar o CBI, Bracewell-Milnes se tornou ainda mais integrado ao coração dos círculos liberais como o *Institute of Directors*, o *Selsdon Group* e o *Adam Smith Institute*. Aparentemente, uma de suas maiores façanhas foi ser demitido em 1973 pelo Sr. Campbell Adamson, Diretor-Geral do CBI, por apoiar o capitalismo, a livre iniciativa e a economia de mercado. Sem dúvida, ele ajudou a confirmar a imagem corporativista do CBI nesses círculos liberais que se tornariam tão importantes na década de 1980 e que também criaram uma interpretação liberal da Grã-Bretanha pós-guerra e seus problemas econômicos.

Já na questão numérica, qualquer seleção de estatísticas econômicas da década de 1970 mostra que o país estava com problemas sérios, de 1968 a 1973, a produção média anual cresceu 3,2%, ao passo que o emprego subiu apenas 0,2% e a inflação aumentou 7,9%. Já de 1973 a 1979 o crescimento médio anual caiu para 1,4%, o crescimento do emprego seguiu em 0,2% - com um aumento significativo do desemprego, enquanto a inflação dobrou para 16%. Os preocupantes sinais de declínio econômico também ficaram evidentes nos números de produção do trabalhador, que despencou de 1973 a 1979. O declínio de produção do trabalhador também sinalizou o declínio de produtividade, que começou a cair em 1973. Enquanto o desemprego aumentava rapidamente, a inflação aumentava ainda mais rápido, confundindo muitos economistas e demonstrando que o compromisso do keynesianismo e do estado de bem-estar social com o pleno emprego estava desmoronando. Segundo o Banco da Inglaterra, “a inflação no Reino Unido saiu do controle na década de 1970. A média era de 13% ao ano e atingiu o pico de 25% em 1975. A Grã-Bretanha estava à beira da hiperinflação, raridade nos países desenvolvidos.

Depois de 1973, a taxa de inflação anual permaneceu bem acima de 10%, exceto em 1978” (Gardiner & Thompson, 2022, pp. 67-68).

Em 1976, a Grã-Bretanha havia chegado à sua pior situação financeira desde o pós Segunda Guerra Mundial. Contudo, desta vez não houve governo nazista os forçando a gastar toda sua riqueza numa verdadeira guerra pela sobrevivência; o dano foi autoinfligido. O declínio britânico foi explicado de maneira dramática em um famoso despacho de 31 de março de 1979 de Sir Nicholas Henderson, considerado até hoje uma das melhores análises de dentro do governo sobre o quão baixo a Grã-Bretanha havia caído, no qual lamenta: “É nosso declínio desde [metade da década de 1950] em relação aos nossos parceiros europeus que foi tão marcante, de tal forma que hoje não só não somos mais uma potência mundial, mas também não estamos na primeira posição, mesmo como um europeu. A renda per capita na Grã-Bretanha está agora, pela primeira vez em mais de 300 anos, abaixo da França” (Gardiner & Thompson, 2022, p. 69).

Embora poucos talvez tenham percebido na época, a adoção da política “científica” pelo CRD (*Conservative Research Department*) e instituições associadas constituiu uma partida intelectual muito mais radical do que as reformas pós-guerra de Rab Butler jamais fizeram. Olhando a partir do ponto de vista de 1980, o que começou como um louvável desejo de acordo bipartidário por parte dos Conservadores culminou, segundo ele, na adesão do partido a algo chamado “consenso”, um quadro intelectual hegemônico no qual a economia passou a dominar a política mais do que nunca. Ele argumentou que a linguagem e os conceitos da

economia, que enxergavam a sociedade em termos de “blocos de construção” e “agregados”, geraram uma “visão estática da sociedade” que era alheia à crença tradicional conservadora na “variabilidade incontável das necessidades e ambições humanas, na formação celular da sociedade” (Lockwood, 2020). Embora as preocupações materiais, em particular a propriedade, sempre tenham ocupado um lugar importante no pensamento conservador, parecia que elas começaram a ser discutidas como fins em si mesmas, em vez de meios para manter liberdades e relações sociais costumeiras.

O CRD havia eliminado a “política de apoio” e a “política de poder”, considerando a administração, em vez da retórica e do debate, como o principal meio de influenciar o comportamento do eleitor. Essa perspectiva institucional talvez explique o que Alan Watkins descreveu como a “extraordinária insensibilidade do líder às nuances da linguagem”. Os intelectuais do CRD e do *Swinton College* permaneceram um grupo isolado, operando seu movimento de ideias apenas em um circuito fechado, em grande parte divorciado dos bancos de trás do partido parlamentar e das bases conservadoras. Portanto, embora o CRD tenha exercido uma influência sem precedentes sobre a estratégia do partido, sua forma mais “racional” de conservadorismo não conseguiu ganhar uma posição permanente que perdurasse independentemente de quem liderasse o partido.

Sempre houve aqueles dentro do partido mais amplo que lamentaram o declínio de uma compreensão mais tradicional da liderança política conservadora. Angus Maude, em um artigo que provocou sua demissão da linha de frente da oposição, escreveu na *The Spectator* em janeiro de 1966 que o partido havia abandonado sua “identificação instintiva com o ethos nacional” em favor de uma concepção “superficial e materialista” da natureza humana (Lockwood, 2020). A conexão orgânica entre governo e governados havia sido rompida, aos olhos dele, por uma filosofia amoral e contra a histórica, que tratava os eleitores como autômatos e instituições como meios efêmeros para fins técnicos. De fato, retrospectivamente, o panfleto de Maude pode ser visto como o primeiro tiro de aviso de uma contra-revolução emergente na política conservadora, tentando restabelecer a crença na autonomia da opinião pública em relação aos determinantes materiais e demonstrar sua maleabilidade por meio da liderança retórica, a capacidade dos políticos de “captar e articular o sentimento de um mundo em mudança” (Lockwood, 2020).

As narrativas convencionais sobre a retomada do liberalismo enfatizam a importância das crises dos anos 1970 em criar as condições em que a mudança de paradigma da contrarrevolução liberal poderia ocorrer. Há de se reconhecer a importância das condições de crise: o IPG não teve o impacto desejado e foi encerrado justamente quando as crises dos anos 1970 estavam começando a se desdobrar (Backhouse, 2005). No entanto, em outro nível, mostra que, embora possa não ter havido uma demanda generalizada por ideias liberais, elas estavam sendo fornecidas e tinham alguns apoiadores no cerne da comunidade empresarial britânica. Isso também não foi simplesmente um desenvolvimento do final dos anos 1960 e 1970. Essas opiniões estavam sendo ventiladas e disponibilizadas para líderes empresariais convencionais por um longo período de tempo. Reconhecer esses antecedentes dos desenvolvimentos dos anos 1970 ajuda a explicar por que a contrarrevolução liberal foi capaz de

ocorrer tão rapidamente na Grã-Bretanha. As rachaduras no acordo pós-guerra keynesiano eram antigas e continuamente testadas, pavimentando o caminho para as mudanças rápidas que surgiram com as crises dos anos 1970 (Rollings, 2013).

O RUMO QUE A ECONOMIA BRASILEIRA TOMOU APÓS A CONSTITUIÇÃO DE 1988

O intervencionismo estatal, revelado na excessiva produção legislativa e regulatória brasileira, impede o fluxo regular das transações econômicas no Brasil. Frequentemente, novas regulamentações estatais surgem para conceder benefícios seletivamente concentrados a segmentos específicos da sociedade - com força política suficiente para dobrar a vontade do Estado a suas demandas - enquanto os custos dessas políticas recaem sobre parcelas sub-representadas da sociedade.

Muitas das normas econômicas contidas na nova Constituição Brasileira de 1988 (Brasil, 1988) são meramente retóricas, sem se atentar para o problema de como implementá-las. Legisladores no Brasil possuem a mesma convicção das classes dominantes em nações latino-americanas de que os problemas sociais podem ser resolvidos apenas pela promulgação de leis, inobservando a implementação de políticas públicas. Na realidade, a lei pode ser um obstáculo em vez de uma solução. Ao invés de remover os principais obstáculos para a reforma social, há uma reiteração de princípios gerais de dignidade humana e justiça social. Isso é especialmente verdadeiro quando se lembra que a tradição brasileira segue o sistema jurídico civil com um judiciário passivo. Um juiz brasileiro não se considera autorizado a extrair de uma decisão legal uma conclusão econômica ou social que não esteja totalmente explícita nela. Mesmo que se considerasse autorizado, ele não teria qualificação intelectual para realizar a tarefa, pois essa não é de forma alguma a abordagem ao raciocínio jurídico ensinada nas faculdades de direito brasileiras.

De forma generalizada, a aplicação efetiva das leis no Brasil é extremamente limitada. Isso se deve a fatores desde a tradição colonial, a imensa desigualdade social e econômica até a desorganização crônica dos tribunais, agências administrativas e forças policiais. Na esfera econômica, esse tipo de anomia pode ser medida pela extensão do setor informal, que agora representa cerca de 40% da atividade econômica nacional (Comparato, 1990). No entanto, mesmo que as regras constitucionais atuais fossem escritas de maneira mais realista, ainda seria muito difícil aplicá-las de maneira eficiente devido à falta de uma ideia dominante em questões econômicas ao longo da Constituição de 1988, gerando incoerência entre suas regras. Ao mesmo tempo em que a privatização e a livre concorrência são enfatizadas, há requisitos nacionalistas que fatalmente levam à interferência estatal nos negócios privados e até mesmo à nacionalização de certas indústrias.

O monopólio da União possui tratamento constitucional em seu artigo 177 (Brasil, 1988). Esse monopólio, porém, não deve ser confundido com privilégio. Aquele é a detenção exclusiva da titularidade de determinadas atividades, enquanto esse é a delegação do direito de execução dessas atividades a um ou a poucos interessados, desde que preencham os requisitos

exigidos pelo delegante que detém o monopólio (Gonçalves, 2011). Após destacar os dois regimes de intervenção direta do Estado na economia, é preciso fazer uma observação com relação ao § 4º do art. 173 (Brasil, 1988), que dispõe que “a lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros”.

Numa pequena análise histórica verifica-se que, por quatro décadas inteiras, entre 1940 e 1980, o produto interno bruto do Brasil cresceu a uma média de 7% ao ano. Mas nos anos 80, a taxa média anual de crescimento não ultrapassou 2,5%, o que significa que o PIB per capita estagnou. Enquanto isso, o grau de concentração de renda atingiu níveis absurdos. Em um relatório de 1985, o Banco Mundial colocou o Brasil no topo de uma lista de cinco países com as maiores taxas de concentração de renda no mundo. Não há evidências de que a situação tenha mudado desde então. Os 5% mais ricos recebem um terço da renda nacional, enquanto os 50% mais pobres têm que se contentar com meros 13,6% entre eles (Comparato, 1990). O intervencionismo brasileiro, ao longo de sua história em comparação com a atualidade, não mudou sua intensidade, pois tão somente houve uma alteração de seu foco, em que se converteu de direto, situação em que atuava como prestador de serviços e produtor de bens e produtos, para indireto, passando a atuar como regulador, fiscalizador e planejador das atividades econômicas privadas (Schoenherr, 2021). De forma resumida, o Estado pode intervir na economia de forma direta, mediante a exploração estatal de atividade econômica ou em regime de monopólio; ou de forma indireta, como agente normativo e regulador da atividade econômica. Com distintos instrumentos capazes de interferir na atividade econômica, o Estado tem a possibilidade de efetivar os princípios constitucionais previstos no art. 170, e supostamente garantir a toda a sociedade uma existência digna, nos moldes dos ideais da justiça social. Tanto a atuação estatal de ordem direta quanto a de ordem indireta possuem respaldo constitucional.

O Art. 174 da Constituição Federal (1988) dispõe que: “Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado. Suspensão de exigibilidade de parcelas”. Esse papel de agente normativo, regulador da atividade econômica, no exercício das funções de fiscalização, incentivo e planejamento, faz com que o Estado aja como regulador, segundo José dos Santos Carvalho Filho, atuando basicamente elaborando normas, reprimindo o abuso do poder econômico, interferindo na iniciativa privada, regulando preços, controlando o abastecimento (Gonçalves, 2011). Partindo deste ponto, há diversas formas de intervenção indireta por parte do Estado, como a por incentivos, aquela por meio da qual o Estado confere certos incentivos ao particular para que adira ou não à política econômica estatal. Já na intervenção direta por incentivos, o Estado estimula a cooperação do setor privado com seus interesses, sendo facultativa a adesão do particular ao incentivo concedido. Contudo, se firmado o interesse de cooperação, o particular deve se submeter às normas para que tenha direito ao benefício. A intervenção indireta por planejamento, por sua vez, configura-se como forma de se estruturar meios para se alcançar uma desejada política econômica, sendo uma forma sistematizada do Estado re-

gular o mercado, intervindo indiretamente sobre o domínio econômico, buscando atingir um determinado fim. A intervenção indireta por fiscalização é aquela por meio da qual o Estado impõe ao particular determinadas normas imperativas a serem seguidas, sob pena de sofrer a punição prevista na lei. Segundo João Bosco Leopoldino da Fonseca “as metas econômicas fixadas pelo Estado são mais eficazmente alcançadas através da imposição de sanções premiais. Aquelas empresas que aderem aos objetivos fixados pelo Governo são premiadas com a concessão de subsídios fiscais, de empréstimos favorecidos, etc.” (Gonçalves, 2011).

A regulação pública da vida econômica, prevista na Constituição, é sem sentido sem a criação de instrumentos institucionais com os quais tais funções possam ser desempenhadas. Por óbvio, a escolha de uma ideia dominante, que a Constituição carece, não poderia ser feita sem qualquer relação próxima com a realidade econômica. Seria necessário identificar o principal desafio do momento e tentar respondê-lo com todas as técnicas constitucionais possíveis. A Constituição de 1988, que antes objetivava ser uma Constituição de desenvolvimento, estabelecendo instituições fortes voltadas para estimular o investimento, doméstico e estrangeiro, e para desconcentrar a renda em todos os níveis, acabou sendo ineficaz nessa área. Sem um consenso na economia e com o constante intervencionismo, tornou-se necessária a presença de limitadores a sua incidência como forma de evitar, primeiro, que os atores estatais desvirtuem o Estado brasileiro dos trilhos democráticos, com ações arbitrárias juridicamente e nocivas economicamente, e, segundo, para quebrar o círculo vicioso onde uma intervenção é empreitada para corrigir as falhas de governo cometidas pela intervenção anterior, porém considerando pretensamente isso ser erro genuíno dos mercados. Assim sendo, estabelecer freios ao poder interventor é garantir o equilíbrio institucional entre intervenção e liberdade, simultaneamente, e em mesma ordem hierárquica, como preza a constituição econômica.

O exemplo da Estratégia Nacional de Empreendimentos de Impacto (Enimpecto) demonstra que a preocupação maior em relação à economia solidária e ao novo paradigma empresarial encetado por ela reside no fato de que ambas almejam a supressão de princípios que informam o único sistema de organização produtiva capaz de gerar riquezas e satisfazer as necessidades materiais de um povo: o sistema capitalista (Nogueira, 2021). A concretização de políticas desse tipo aproxima o país do socialismo de forma considerável, sendo uma clara referência à economia solidária, não há qualquer dúvida de que a base da proposta se apresenta com acentuado cariz socialista e enorme potencial a ser explorado caso haja o retorno de partidos de esquerda ao centro do poder político. Já na década de 1970, as premissas da Enimpecto foram questionadas pelo economista Milton Friedman. Atualmente, a crítica está concentrada em alguns recantos acadêmicos, tendo no professor de finanças da New York University, Aswath Damodaran³, o seu mais conhecido interlocutor.

Outro exemplo de danos causados pelo intervencionismo no Brasil está no FGTS, criado para melhorar o bem-estar social da população brasileira ao “proteger” o trabalhador demitido sem justa causa, deixando claro que a intervenção governamental, mesmo quando tem o objetivo de melhorar o bem-estar social de uma população, acaba trazendo resultados prejudiciais para a sociedade. Ao analisar a possibilidade de fim do FGTS, verifica-se que haveria uma redução no custo do trabalhador formal, eliminando as taxas que os emprega-

dores têm que pagar periodicamente. Isso teria vários efeitos positivos, como um aumento na eficiência das empresas brasileiras, novas contratações e uma melhor produtividade dos trabalhadores. Outros benefícios possíveis são uma maior produtividade e alocações mais eficientes no mercado de trabalho brasileiro. Essa medida poderia reduzir a rotatividade no mercado de trabalho, gerando incentivos para os empregadores investirem em seus funcionários, resultando em maior retenção de empregos e aumento da aprendizagem por meio da prática (Salzer, 2022).

Por fim, no que tange a área da saúde, houve um abandono pelas operadoras de planos de saúde no oferecimento dos planos individuais de saúde, haja vista que estes se tornaram pouco viáveis economicamente diante das regulamentações, para priorizar o oferecimento de planos corporativos, que possuem arranjo institucional mais adequado à livre iniciativa. Diante da mitigação da autonomia da vontade, houve a consolidação de uma jurisprudência sentimental nos tribunais pátrios, no sentido que praticamente toda a cláusula de exclusão de cobertura é abusiva, ignorando os reflexos econômicos a serem suportados pelas operadoras de saúde. Os defensores do intervencionismo buscam por meio dele a satisfação de justiça social, mas quanto maior o grau de dirigismo, maiores suas decorrências - que se dão desde um eventual desequilíbrio contratual até o completo solapar do sistema de saúde suplementar, prejudicando toda a coletividade de usuários do sistema. A imposição do serviço referencial mínimo impede a personalização dos serviços de acordo com a necessidade dos consumidores e aumenta os valores dos planos, prejudicando principalmente a camada mais pobre da população, que fica refém do SUS. Tamanho intervencionismo é o principal causador da grave crise que o mercado de saúde brasileiro enfrenta (Salzer, 2022).

THATCHERISMO: O GOVERNO QUE FREOU O INTERVENCIONISMO INGLÊS

O contexto imediato para a eleição de Thatcher foi, naturalmente, a crise econômica do inverno de 1978-79 (Farrall & Hay, 2010). A percepção da capacidade dos Conservadores de oferecer uma alternativa decisiva às ortodoxias econômicas prevalecentes e vistas como falhas na época foi crucial para sua vitória, assim como para sua capacidade de governar. Com um novo conjunto de políticas macroeconômicas, baseando-se no proselitismo monetarista do Institute for Economic Affairs e do Adam Smith Institute, grande parte desse pensamento foi esclarecida distanciando simbolicamente o partido da ortodoxia econômica keynesiana predominante e permitindo que se apresentasse como guardião da transição para um novo paradigma macroeconômico - o monetarismo. No entanto, apesar da conversão de algumas seções do Partido Conservador ao monetarismo, as amplas ramificações de tal mudança de paradigma ainda precisavam ser trabalhadas em detalhes.

Em meados da década de 1970 os pensadores da Nova Direita ligados ao *Institute of Economic Affairs* e ao *Centre for Policy Studies* assumiram o controle da política conservadora - uma noção propagada tanto por críticos, como Sir Ian Gilmour, quanto por alguns apoiadores de Thatcher. A política econômica conservadora nos anos de Thatcher era composta por uma mistura de elementos. A agenda de oferta de cortes de impostos, desregulamenta-

ção, competição de mercado livre e reforma sindical começou a tomar forma em meados da década de 1960 e teve amplo apoio dentro do partido, mesmo que a experiência do governo Heath tenha forçado os conservadores a repensar como poderiam alcançar esses objetivos. O ‘Novo Realismo’, que surgiu na política macroeconômica após 1974, não era exclusivo dos conservadores, mas se estendia por todo o estabelecimento britânico, conforme refletido no uso de limites de gastos, metas de oferta de dinheiro e venda de ativos (Sloman, 2017). Em grande parte, a estratégia econômica conservadora desenvolvida por Sir Geoffrey Howe e seus colegas no Economic Reconstruction Group entre 1975 e 1979 foi construída sobre essas duas bases intelectuais. As ideias mais radicais associadas a Enoch Powell e ao monetarismo teórico, privatização do estado de bem-estar e oposição à CEE eram muito menos influentes. Os preparativos dos conservadores para o governo, apesar de cautelosos e liderados por comitês, só foram garantidos por Thatcher que, uma vez no cargo, garantiu que seus ministros econômicos adotassem uma postura rígida - em relação à oferta de dinheiro, gastos públicos e os sindicatos - e deram ao Thatcherismo sua vantagem distintiva.

Em termos de posicionamento, enquanto líder do partido conservador, Margaret Thatcher foi a fonte de toda a política partidária e de patronagem, tanto em termos de posições na frente do partido quanto em termos de liderança no Comitê Central (Norton, 1990). Na defesa de seus princípios, é preciso pontuar que a relação entre ideias e política é extremamente complexa. Apesar de Thatcher não ter aptidão nem inclinação para o argumento abstrato e tampouco ser uma pensadora original, as ideias nunca foram mais importantes na história de seu partido do que quando ela o liderou. A originalidade de um tipo teórico não pode ser esperada de políticos democráticos, constantemente assediados pelas rotinas da vida parlamentar e pela necessidade constante de cultivar e consultar a opinião de outros. A originalidade na política consiste mais em perceber oportunidades, em gerar o conhecimento e a coragem necessários para explorá-las. Ideias são apenas uma entre várias armas à disposição do político. Aconteceu que, na metade da década de 1970, novas ideias sobre política e estratégia eram peculiarmente valiosas para um partido normalmente não famoso por nutri-las, fazendo com que a eficiência do sistema em ventilar novas ideias e proteger antigas liberdades fosse considerável (Harrison, 1994).

Apesar de seu governo ter ficado conhecido como “Thatcherismo”, a primeira-ministra sempre deixou claro ser contra terminologias finalizadas com “ismo”. Isto se devia, segundo ela, aos terríveis “ismos” que perturbaram a modernidade, como o comunismo, o nazismo e o fascismo. Assegurou, ainda, que não buscava aposentar-se em uma Torre de Marfim, ou devotar o resto de sua vida a um tratado sobre o thatcherismo ou qualquer outro “ismo” que, segundo ela, rapidamente se tornaram “wasms”, num trocadilho com o passado do verbo “is”. (Gardiner & Thompson, 2022, p. 35) Thatcher considerava o apego moderno a ideologias contrário à sua filosofia política, dizendo que “Começando com a Revolução Francesa e, em seguida, muito encorajado pela Revolução Bolchevique, os tempos modernos foram atormentados por ‘ismos’, isto é, por ideologias, na verdade, religiões seculares. A maioria deles era terrivelmente ruim”, acrescentando ainda que:

O comunismo foi responsável por quase 100 milhões de mortes. Ele escravizou o Oriente, enquanto seu primo, o socialismo, empobreceu grande parte do Ocidente. O nazismo - aquele outro tipo de socialismo - e seu antecessor mais manso, o fascismo, mataram cerca de 25 milhões. Todos deixaram cicatrizes em nossas sociedades, que talvez nunca sejam totalmente curadas (Thatcher, 2000).

Deixou claro, ainda, que nunca teve a intenção de criar uma ideologia.

Apenas após deixar o cargo, a primeira-ministra buscou definir os princípios do thatcherismo em setembro de 1992 em seus discursos proferidos em Taiwan e na Coreia do Sul. Ao se autodenominar “revolucionária conservadora”, explicou que por vezes, em busca de conservar algo é necessário restaurar ou reconstruir o que foi destruído. Thatcher não buscava derrubar as instituições britânicas tradicionais. Ao contrário, apoiou os pilares tradicionais da sociedade britânica, liderando uma revolta contra o socialismo e o coletivismo por destruírem a vida tradicional britânica, além do comunismo soviético que alastrava o coletivismo pelo mundo. A Coroa representava mais de mil anos de continuidade na história do país; o Parlamento, as antigas liberdades de seu povo; a Igreja inglesa. a fé cristã que moldou a civilização britânica; o setor educacional, representado por antigas universidades como Oxford e Cambridge, além de internatos como Eton e Harrow; e o serviço público e a imprensa juntamente formavam o tradicional establishment britânico, fortemente apoiado por Thatcher. Contudo, seu conservadorismo refletia valores diferentes, recebendo esse nome por buscar restaurar as melhores raízes da Grã-Bretanha, país que Thatcher dizia, para ela, ser “sinônimo de liberdade, justiça e democracia” (Gardiner & Thompson, 2022. p. 38).

Margaret Thatcher via seu governo como uma reafirmação de valores e princípios mais antigos aplicados a um ambiente moderno, tendo forte influência de eventos de sua vida, como a presença de sua família que acreditava na santidade do indivíduo e que cada um é responsável por suas próprias ações. Em uma passagem de suas memórias, Thatcher (1995) compara sua formação econômica em Grantham - local onde nasceu - às influências que formaram Keynes e o grupo de esquerda de alta classe ao qual pertencia, o Bloomsbury, observando que:

Os economistas existentes não são menos escravos de influências externas. Isso era verdade para o próprio Keynes [...], cuja rejeição das virtudes vitorianas em seu comportamento ecoou hostil, mas seguramente, no abandono das regras liberais clássicas e nas restrições na economia, das quais o ‘keynesianismo’ se tornou sinônimo. [...] Da mesma forma, minhas próprias opiniões sobre economia fluíram de minha experiência pessoal, do mundo em que cresci. Minha ‘Bloomsbury’ era Grantham, o metodismo, a mercearia, o Rotary e todas as virtudes sérias e sóbrias cultivadas e estimadas naquele ambiente (p. 565).

Conclui ainda que “Não há melhor curso para entender a economia do mercado do que a vida em uma loja de esquina”, dizendo que uma das maiores lições de Grantham foi observar que:

Os frutos da liberdade são tão ricos e variados porque a liberdade é criativa. E é por isso que a riqueza não é gerada pelo governo. É como observou Adam Smith : a iniciativa de

homens e mulheres individuais cria a 'Riqueza das Nações'. [...] O tipo de vida que o povo de Grantham vivia antes da [Segunda Guerra Mundial] era decente e saudável, e seus valores eram moldados pela comunidade, não pelo governo" (Thatcher, 1995).

Os valores vitorianos, muito prezados em seu governo, eram, segundo Thatcher "os valores quando nosso país se tornou grande, mas não apenas ele se tornou grande internacionalmente, como também houve um enorme avanço neste país" (Thatcher, 1983). Na era vitoriana, "liberalismo" significava liberdade, e não um governo grande. Os vitorianos odiavam gastos desnecessários, diminuíram o tamanho de seu governo e acreditavam no livre comércio. Milton e Rose Friedman apontaram que "os gastos do governo caíram como uma fração da renda nacional - de quase um quarto da renda nacional do jubileu da Rainha Vitória, em 1897, quando a Grã-Bretanha estava no ápice de seu poder e glória" (Friedman & Friedman, 1980, p. 35). No século XIX, a liberdade política cresceu com a liberdade econômica, e o direito ao voto foi vastamente estendido. O grande aumento na liberdade religiosa resultou num dos maiores despertares da história cristã, levando, sob a liderança de William Wilberforce, à abolição da escravidão no Império Britânico. Thatcher fazia questão, ainda, de diferenciar a liberdade que defendia do conceito de igualdade, classificando a confusão entre os dois como "o maior erro intelectual" durante sua vida política, acrescentando que "Na verdade, a igualdade, sendo uma condição antinatural que só pode ser imposta pelo Estado, geralmente é inimiga da liberdade. Fiz essa observação na França, durante a celebração do bicentenário da Revolução Francesa que, deliberada e perigosamente, confundiu os dois".

A chamada Dama de Ferro viu o coletivismo soviético e da Grã-Bretanha como uma ameaça à liberdade. A obra *O Caminho da Servidão* de Hayek impactou fortemente a primeira-ministra, onde o autor afirmou não haver, em última análise, diferença nos objetivos do socialismo, comunismo e fascismo, dizendo que os três "diferem do socialismo e do individualismo por quererem organizar toda a sociedade" (Hayek, 1994, p. 63). Refletindo a influência deixada pelo livro, Thatcher declarou que os proponentes dessas ideologias coletivistas engajaram-se em polêmicas e, na verdade, na violência uns contra os outros. Contudo, eles tinham mais em comum do que admitiam. Pois a essência deles era que o estado tinha o direito, na verdade o dever, de agir como Deus. E os resultados foram diabólicos" (Thatcher, 2000). A visão de Hayek a atraiu ao dizer que o melhor governo operava de acordo com as linhas do liberalismo clássico, levando Thatcher escrever que "o tipo de estado considerado natural pelos conservadores era um governo limitado sob um estado de direito" (Gardiner & Thompson, 2022, p. 52). Thatcher escreveu em sua obra *Os Anos de Downing Street* que em seu tempo como primeira-ministra a Grã-Bretanha foi o primeiro país a retroceder o avanço do socialismo, restabelecendo a reputação britânica como uma nação de inovadores e empreendedores.

Ao analisar o posicionamento adotado por Churchill²² durante a guerra, Thatcher pontua que "O conceito de Churchill de estado de bem-estar social era que a sociedade precisava de uma escada e de uma rede de segurança. Uma escada através da qual as pessoas pudessem melhorar seu destino pela via do esforço e uma rede de segurança abaixo da qual ninguém poderia cair" (Harris, 1988, p. 49). Contudo, a Dama de Ferro faz questão de pontuar a di-

ferença entre o estado de bem-estar social e a compaixão, dizendo que “O estado não pode gerar compaixão; pode deve fornecer uma rede de segurança para aqueles que, não por culpa própria, são incapazes de lidar eles mesmos com sua situação.” Acrescenta ainda que “Há necessidade de muito mais generosidade em nossa vida nacional, mas a generosidade nasce nos corações de homens e mulheres; não pode ser fabricada por políticos e, com certeza, não florescerá se os políticos alimentarem a ilusão de que o exercício da compaixão pode ser deixado para funcionários públicos” (Gardiner & Thompson, 2022, p. 55). Na sua visão, a inflação era um problema econômico e moral, como disse em 1981 “Em termos de ética e economia nacional, gostaria também de me referir ao que considero mal, nomeadamente, a inflação sustentada. Por mais de 30 anos, o valor de nossa moeda está se deteriorando”. Descreve-a ainda como “um mal insidioso”, porque seus efeitos são lentos para serem vistos e relativamente indolores a curto prazo. Conclui que “tem uma influência moralmente debilitante em todos os aspectos de nossa vida nacional. Reduz o valor da poupança e, portanto, das economias, mina acordos financeiros, estimula a hostilidade em trabalhadores e empregadores em matéria de remuneração, incentiva o endividamento e diminui as perspectivas de emprego” (Gardiner & Thompson, 2022, p. 55).

A solução de Margaret Thatcher para as ideologias coletivistas era a liberdade, definida por ela como:

Um conceito perfeitamente simples, ao que parece, compreensível para todos, exceto para os muito obtusos ou muito inteligentes. [...] a condição em que um homem (ou mulher) é livre para expressar sua identidade, exercer seus talentos dados por Deus, adquirir e transmitir propriedades, criar uma família, ter sucesso ou fracassar, viver e morrer em paz. E a exigência mais importante para esta sociedade livre é um estado de direito, influenciado pela equidade e apoiado por juízes imparciais” (Thatcher, 2000)

Assim, a melhor maneira de garantir a liberdade é através de políticas governamentais que sejam ancoradas na natureza humana já que, uma vez dada a correta estrutura de leis, impostos e regulamentos, a maioria dos indivíduos será capaz de aplicar esses talentos e energias de forma produtiva, e a chave para que isso funcione é um governo limitado. Thatcher concluiu ainda que “os indivíduos certamente farão muito mais esforços em nome de si próprios e de suas famílias do que jamais fariam por uma entidade impessoal chamada ‘governo’” (Gardiner & Thompson, 2022, pp. 59-60).

COMO O GOVERNO THATCHER PODE SER APLICADO NO CENÁRIO ECONÔMICO BRASILEIRO ATUAL

Assim como o período que antecedeu o Thatcherismo, o Brasil está permeado por graves intervenções estatais que acabam não só deixando de proteger o indivíduo como, por diversas vezes, prejudicando sua liberdade para escolher e buscar uma melhoria de vida. Em uma política econômica que muito se assemelha ao keynesianismo, a política brasileira busca incansavelmente um estado de bem-estar social e, quando não alcançado, procura colocar a culpa na escolha de métodos errada ao invés de reconhecer a possibilidade do ob-

jetivo buscado ser o problema, e considerar trocar a proteção de direitos sociais por direitos individuais e enraizados na própria natureza do indivíduo.

O cerne do problema econômico no Brasil está no estado de Direito falho, com normas constitucionais demasiadamente abstratas e sem qualquer preocupação real com os fatores que influenciam a economia. Além disso, a Constituição Federal (Brasil, 1988) delega muitos poderes de intervenção, principalmente indireta, para o Estado, limitando a liberdade individual de empreender ao invés de criar um espaço que possibilite o controle de cada indivíduo sobre suas economias. Conforme o pensamento de Thatcher, a função do Estado na economia seria muito mais eficaz se o foco fosse direcionado para formar uma rede de apoio - auxílios - aos que estão em situação de miséria por fatores que independem de sua competência para gerir a própria vida, ao mesmo tempo em que oferece um amplo espaço de livre mercado para que os indivíduos possam cuidar de suas vidas - inclusive a esfera econômica - sem depender da vontade estatal de os ajudar, visto que teriam como principal motivação o próprio bem-estar e o de suas famílias.

Neste sentido, a maior dificuldade no Brasil está na legislação, que carece de uma reforma capaz de proteger os direitos naturais dos indivíduos - vida, liberdade e propriedade - “enxugando” as preocupações do Estado. Ao limitá-lo, seu foco é direcionado para funções que verdadeiramente o competem ao invés de ocupá-lo com uma busca por um bem-estar social inalcançável, visto que, por mais específicas que forem as normas legislativas, elas jamais atingiram um nível de especificidade capaz de suprir o caso concreto sem qualquer interpretação humana, o que vale também no âmbito da economia.

A capacidade individual também exerce grande importância. O Estado, ao garantir proteção aos seus direitos naturais, fornece um espaço de maior segurança para que possam tomar suas próprias decisões. Entretanto, é necessário pontuar que, com mais liberdade para suas ações, há também uma necessidade de assumir a responsabilidade pelas consequências, positivas ou não, de seus atos. Este ponto talvez seja o fator de maior complexidade, uma vez que existem fatores externos ao indivíduo que acabam por interferir no seu cotidiano, como a instabilidade dos sistemas jurídicos e a criminalidade. Sem a crença num sistema de justiça eficaz, a população teme não obter soluções para os problemas que sofrem em suas relações, como as sociais e negociais, ao passo que a criminalidade costuma ser uma resposta às chamadas desigualdades sociais.

Como Thatcher sabiamente pontuou, há uma diferença relevante entre liberdade e igualdade, sendo a segunda inatingível em sua plenitude. Não há medidas estatais capazes de sanar efetivamente o problema, por vezes inclusive sendo responsáveis por piorar a situação, como é o caso de intervenções estatais na economia que inflacionam a moeda e, por conseguinte, retiram o poder de compra da vasta maioria da população. Dessa forma, a questão, apesar de não solucionada, é reduzida quando se verifica a possibilidade de livre mercado no país, já que a rotatividade do mercado é regulada por seus próprios consumidores no sistema de oferta e demanda, evitando um possível monopólio de preços que cobre valores abusivos da população por não possuírem concorrência que os faça equiparar seu preço.

Outro fator presente no Thatcherismo e gravemente ausente no Brasil é a defesa inegociável de princípios. A nação brasileira possui um vasto histórico de constituições completamente distintas entre si, demonstrando uma falta de valores enraizados na cultura. Ao contrário da era vitoriana, tão aclamada pela Dama de Ferro, o Brasil não teve um governo a ser constantemente lembrado por defender questões como o individualismo e o livre mercado; ao contrário, o país defendeu, na maioria esmagadora de seus governos, a intervenção estatal no máximo de fatores possível, mesmo que essa exacerbada quantia de responsabilidades governamentais tenha se mostrado ineficaz ano após ano, o que se faz presente até os dias atuais com a Constituição de 1988.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise de diferentes conceitos, juntamente com uma visão histórica da Inglaterra, do governo Thatcher e do Brasil, é possível estabelecer semelhanças entre a situação britânica que antecedeu Margaret Thatcher e a presenciada nas últimas décadas pelo Brasil. A similaridades das situações, por sua vez, norteiam o estudo a fim de classificar o que pode ser melhorado na política econômica brasileira, bem como em seu estado de Direito, além das lições que se pode aprender com o Thatcherismo, como uma forte defesa de valores e princípios, a proteção de direitos naturais ao indivíduo e o propiciamento de um ambiente de livre mercado para que o país seja capaz de se desenvolver.

É essencial, ainda, reconhecer a complexidade da questão econômica brasileira, entendendo que a mudança não está apenas nos métodos e normas a serem aplicados, mas sim nos valores da sociedade brasileira como um todo. As alterações a serem realizadas precisam ser feitas de forma gradual e com continuidade entre os governos, de forma que o progresso atingido por um governante possa ser mantido e aprimorado por seus sucessores.

Portanto, é possível adaptar o thatcherismo ao Brasil, não apenas replicá-lo, ao passo que a história de cada país possui distinções que devem ser consideradas quando comparadas, sendo necessário interpretar o contexto para possibilitar sua aplicação. Mais do que isso, é necessário salientar a complexidade - não impossibilidade - de reduzir as funções governamentais, tendo cautela ao assegurar que os indivíduos, ao terem maior liberdade para agir, não fiquem desamparados na proteção dos direitos que lhes pertencem por natureza.

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto Damas de Ferro, pela iniciativa de realizar e promover o concurso, incentivando a pesquisa acadêmica no âmbito liberal e promovendo esses ideais tão importantes e necessários.

À Revista Mises por fornecer seu espaço e a orientação, juntamente com o Instituto, das etapas a serem seguidas no concurso para possivelmente conquistar a publicação do trabalho em uma revista de grande importância na academia.

À Atlas Network pelo apoio prestado ao concurso, enfatizando seu apoio aos ideais promovidos e incentivando a produção de estudos e pesquisas em áreas como economia, defesa à liberdade e aos direitos naturais.

REFERÊNCIAS

- Backhouse, R. E. (2005). The Rise of Free Market Economics: Economists and the Role of the State since 1970. *History of Political Economy*, 37(1), 335-392. https://doi.org/10.1215/00182702-37-Suppl_1-355
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Comparato, F. K. (1990). The Economic Order in the Brazilian Constitution of 1988. *JSTOR, The American Journal of Comparative Law*, 38(4), 753-771. <https://doi.org/10.2307/840611>
- Farrall, S., & Hay, C. (2010). Not so Tough on Crime? Why Weren't the Thatcher Governments More Radical in Reforming the Criminal Justice System? *The British Journal of Criminology*, 50(3), 550-569. <https://doi.org/10.1093/bjc/azq015>
- Friedman, M., & Friedman, R. (1980). *Free to Choose: A Personal Statement*. Harcourt Brace and Company.
- Gardiner, N., & Thompson, S. (2022). *Liderança segundo Margaret Thatcher: lições para os empreendedores de hoje* (2nd ed.). LVM Editora.
- Gonçalves, L. N. (2011). Finalidades e Limitações da Intervenção do Estado na Economia sob a ótica da Constituição da República de 1988. *Revista de Direito Econômico e Socioambiental*, 2(1), 83-99. <https://doi.org/10.7213/rev.dir.econ.socioambiental.02.001.AO04>
- Harris, K. (1988). *Thatcher*. Little, Brown and Company.
- Harrison, B. (1994). Mrs Thatcher and the Intellectuals. *Twentieth Century British History*, 5, 206-245. <https://doi.org/10.1093/tcbh/5.2.206>
- Hayek, F. A. (1994). *The Road to Serfdom*. The University of Chicago Press.
- Jennifer, B. (2014). *Across the Great Divide: Free Markets from Right to Left*. Modern Intellectual History.
- Lewis, P. (2023). The Hand Behind the Invisible Hand: Reflections on a Recurring Theme in Classical Liberal Political Economy. *Contributions to Political Economy*, 42(1), 78-100. <https://doi.org/10.1093/cpe/bzad010>
- Lockwood, C. (2020). 'Action Not Words': The Conservative Party, Public Opinion and 'Scientific' Politics. *Twentieth Century British History*, 31(3), 260-386. <https://doi.org/10.1093/tcbh/hwz014>
- Mises, L. von. (2018). *As seis lições* (9th ed.). LVM.
- Nogueira, J. H. de S. (2021). The Destroyers of Capitalism: Constitutional Amendment Proposal (PEC) nº 69/2019 and the National Strategy for Business and Impact Investing. *MISES: Interdisciplinary Journal of Philosophy, Law and Economics*, 9. Retrieved from <https://revistamises.org.br/misesjournal/article/view/1426>
- Norton, P. (1990). 'The Lady's Not For Turning' But What About The Rest? Margaret Thatcher And The Conservative Party 1979-89. *Parliamentary Affairs*, 43(1), 41-58. <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.pa.a052236>

- Rollings, N. (2013). Cracks in the Post-War Keynesian Settlement? The Role of Organised Business in Britain in the Rise of Neoliberalism Before Margaret Thatcher. *Twentieth Century British History*, 24(4), 637-659. <https://doi.org/10.1093/tcbh/hwt005>
- Salzer, T. (2022). Interventionism in the labor market: The real effects of the FGTS. *MISES: Interdisciplinary Journal of Philosophy, Law and Economics*, 10. <https://doi.org/10.30800/mises.2022.v10.1456>
- Schoenherr, M. H. (2021). The economical intervention as the genesis of the imbalance of Brazilian markets: and the new paradigm proposed by the recent legislative changes. *MISES: Interdisciplinary Journal of Philosophy, Law and Economics*, 9. <https://doi.org/10.30800/mises.2021.v9.1313>
- Sloman, P. (2017). Conservative Economic Policymaking and the Birth of Thatcherism. *The English Historical Review*, 132(558), 1394-1396. <https://doi.org/10.1093/ehr/cex262>
- Thatcher, M. (1983, January 16). *Entrevista por Brian Walden: Weekend World*. <http://www.margaretthatcher.org/document/105087>
- Thatcher, M. (1995). *The Path to Power*. HarperCollins.
- Thatcher, M. (2000, March 27). *Speech Accepting an Honorary Degree from Hofstra University*. <http://www.margaretthatcher.org/document/108387>

RECEBIDO: 15 JAN 2024

APROVADO: 22 ABR 2024

PUBLICADO: 12 JUL 2024